

# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**CARGO 1: ANALISTA JUDICIÁRIO – GRUPO: ASSISTENCIAL**

**ESPECIALIDADE: ASSISTENTE SOCIAL**

**PROVA DISCURSIVA**

**Aplicação: 5/12/2021**

## **PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO**

Quanto ao desenvolvimento do tema, espera-se que o(a) candidato(a) aborde os aspectos propostos, de maneira clara e coerente, empregando os mecanismos de coesão textual. A abordagem do tema pode variar, abrangendo assuntos como: criança e juventude negra, mulheres negras, casos midiáticos que trouxeram a discussão do preconceito e da discriminação racial etc. A abordagem desenvolvida pelo(a) candidato(a) deve estar em consonância com as discussões, as orientações e os argumentos apresentados pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e pelos conselhos regionais de serviço social (CRESS), conforme, por exemplo, se segue.

O preconceito racial pode manifestar-se por meio da omissão, quando há o silenciamento frente a violações de direitos e à manutenção de privilégios de uns(umas) em detrimento dos direitos de outros(as), ou por uma ação direta, que, nesse caso, denominamos discriminação. [...]

É no âmbito da defesa de direitos que o(a) profissional de Serviço Social é convocado(a) a intervir. E nesse terreno arenoso da intervenção, constituído de tensões e contradições, o(a) assistente social se defrontará com os limites e as possibilidades de garantir direitos nos marcos da sociedade de classes. [...]

Nesse sentido, faz-se necessária a apreensão crítica acerca dessa realidade e a apropriação de conhecimentos sobre o fenômeno do racismo e de suas diversas expressões na vida social. Esse processo contribuirá para o fortalecimento do projeto ético-político profissional, sobretudo no que tange à sua direção política, que busca construir outra sociabilidade, com valores emancipatórios, cujas relações humanas sejam livres de qualquer exploração, opressão e discriminação de classe, racial e patriarcal. [...]

Conselho Federal de Serviço Social – CFESS. Assistente social no combate ao preconceito – Caderno 3, 2016. Internet: <www.cfess.org.br> (com adaptações).

### **QUESITOS AVALIADOS**

#### **2.1**

0 – Não abordou nenhum princípio, direito nem dever disposto no Código de Ética Profissional do(a) Assistente Social para a defesa intransigente das pessoas negras ou indígenas em contexto de preconceito racial e discriminação.

1 – Abordou apenas um princípio, ou um direito ou um dever disposto no Código de Ética Profissional do(a) Assistente Social para a defesa intransigente das pessoas negras ou indígenas em contexto de preconceito racial e discriminação.

2 – Abordou apenas princípios, ou direitos, ou deveres dispostos no Código de Ética Profissional do(a) Assistente Social para a defesa intransigente das pessoas negras ou indígenas em contexto de preconceito racial e discriminação.

3 – Abordou apenas princípios e(ou) direitos e(ou) deveres dispostos no Código de Ética Profissional do(a) Assistente Social para a defesa intransigente das pessoas negras ou indígenas em contexto de preconceito racial e discriminação.

4 – Abordou princípios, direitos e deveres dispostos no Código de Ética Profissional do(a) Assistente Social para a defesa intransigente das pessoas negras ou indígenas em contexto de preconceito racial e discriminação.

#### **2.2**

0 – Não apresentou uma concepção/definição de preconceito racial em consonância com os documentos do CFESS nem exemplificou nenhuma violação de direitos em decorrência do preconceito racial.

1 – Apenas exemplificou uma violação de direitos em decorrência do preconceito racial, sem apresentar uma concepção/definição de preconceito racial em consonância com os documentos do CFESS.

2 – Apresentou uma concepção/definição de preconceito racial em consonância com os documentos do CFESS, mas não exemplificou nenhuma violação de direitos em decorrência do preconceito racial.

3 – Apresentou uma concepção/definição de preconceito racial em consonância com os documentos do CFESS, mas exemplificou apenas uma violação de direitos em decorrência do preconceito racial.

4 – Apresentou uma concepção/definição de preconceito racial em consonância com os documentos do CFESS e exemplificou pelo menos duas violações de direitos em decorrência do preconceito racial.

#### **2.3**

0 – Não abordou nenhum aspecto do projeto ético-político do serviço social no combate ao preconceito e à discriminação racial.

- 1 – Mencionou o aspecto, mas não o desenvolveu.
- 2 – Abordou o aspecto de forma insuficiente e(ou) desconectada das demais partes do texto.
- 3 – Abordou o aspecto de forma clara e articulada às demais partes do texto.

# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CARGO 2: ANALISTA JUDICIÁRIO – GRUPO: ASSISTENCIAL  
ESPECIALIDADE: MÉDICO

PROVA DISCURSIVA

Aplicação: 5/12/2021

## PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

O diagnóstico do paciente é de infarto agudo do miocárdio (IAM) com elevação do segmento ST da parede inferior do ventrículo esquerdo e com comprometimento do ventrículo direito. Esse diagnóstico é justificado pela presença de dor típica com elevação do segmento ST nas derivações inferiores [D2, D3 e aVF], conforme eletrocardiograma (ECG), com comprometimento do ventrículo direito, haja vista a tríade hipotensão, campos pulmonares limpos e elevação da pressão venosa jugular, na presença de infarto inferior, com característica específica da isquemia do VD, qual seja: elevação do segmento ST ao ECG nas derivações V3R e V4R.

O infarto de ventrículo direito (VD) compreende um espectro de situações clínicas que variam desde a disfunção de VD assintomática até o choque cardiogênico. Dessa forma, a isquemia ventricular direita pode ser demonstrada em até um terço dos pacientes com IAM de parede inferior, embora em somente 10% a 15% dos pacientes possam ser observadas alterações hemodinâmicas clássicas. A avaliação sistemática da isquemia ventricular direita deve ser realizada em todo paciente com IAM inferior. A tríade clínica de hipotensão, campos pulmonares limpos e elevação da pressão venosa jugular, na presença de infarto inferior, é característica da isquemia do VD. Embora muito específica, essa tríade apresenta baixa sensibilidade. A elevação do segmento ST na derivação precordial direita V4R é o achado eletrocardiográfico de maior valor preditivo em pacientes com isquemia do VD.

A terapêutica indicada nesse caso consiste em angioplastia primária. Ácido Acetilsalicílico (AAS), clopidogrel e heparina não fracionada ou de baixo peso molecular fazem parte da terapêutica que resulta em maior sobrevida. A estes acrescentam-se oxigênio suplementar e expansão volêmica com solução salina fisiológica.

A trombólise está contraindicada, devido ao AVCI recente. Betabloqueadores, nitratos e inibidores da enzima conversora de angiotensina (IECA) estão contraindicados, devido ao quadro de choque.

Nessas situações, geralmente uma expansão volêmica, com solução salina fisiológica, normaliza a hipotensão e melhora o débito cardíaco. Em outros casos, porém, a sobrecarga de volume pode ocasionar elevação acentuada da pressão de enchimento do VD e o conseqüente agravamento da dilatação ventricular, com redução do débito cardíaco. Nesses casos, o suporte inotrópico (dobutamina ou dopamina) deve ser iniciado imediatamente.

A utilização de oxigenoterapia por 24 h é prática comum, baseada na suposição de que hipóxia e aumento da fração do oxigênio inspirado irão proteger o miocárdio isquêmico. Sendo assim, a administração precoce de oxigênio é indicada a todos os pacientes com SCA complicados por disfunção ventricular, hipoxemia documentada pela saturação de oxigênio menor do que 94%, choque ou quando observado desconforto respiratório. A monitorização contínua pela oximetria de pulso é essencial para guiar a forma de administração da oxigenoterapia, devendo o paciente receber suplementação de O<sub>2</sub> por meio de cateter nasal ou máscara não reinalante, com o objetivo de manutenção da saturação de oxigênio acima de 94%.

Os nitratos estão contraindicados na presença de hipotensão arterial (pressão arterial sistólica — PAS < 90 mmHg) e quando houver suspeita de comprometimento do VD. São contraindicações para o uso de betabloqueadores: frequência cardíaca < 60 bpm e pressão sistólica < 100 mmHg. Recomenda-se que IECA sejam iniciados dentro das primeiras 24 horas de evolução, normalmente após o término da terapia de recanalização miocárdica (química ou mecânica), tão logo a pressão arterial esteja estabilizada (o que não aconteceu no caso em apreço).

### QUESITOS AVALIADOS

#### 2.1

0 – Não apresentou o diagnóstico de infarto agudo do miocárdio.

1 – Indicou apenas infarto agudo do miocárdio, sem tratar da elevação do segmento ST da parede inferior do ventrículo esquerdo e com comprometimento do ventrículo direito.

2 – Indicou o diagnóstico de infarto agudo do miocárdio com elevação do segmento ST da parede inferior do ventrículo esquerdo e com comprometimento do ventrículo direito, porém não explicou com base nos dados do caso clínico.

3 – Indicou o diagnóstico de infarto agudo do miocárdio com elevação do segmento ST da parede inferior do ventrículo esquerdo e com comprometimento do ventrículo direito, porém justificou, parcialmente, apenas um desses achados.

4 – Indicou o diagnóstico de infarto agudo do miocárdio com elevação do segmento ST da parede inferior do ventrículo esquerdo e com comprometimento do ventrículo direito, porém justificou, de forma completa, apenas um desses achados.

- 5 – Indicou o diagnóstico de infarto agudo do miocárdio com elevação do segmento ST da parede inferior do ventrículo esquerdo e com comprometimento do ventrículo direito, porém justificou, parcialmente, apenas dois desses achados.
- 6 – Indicou o diagnóstico de infarto agudo do miocárdio com elevação do segmento ST da parede inferior do ventrículo esquerdo e com comprometimento do ventrículo direito, porém justificou, de forma completa, apenas dois desses achados.
- 7 – Indicou o diagnóstico de infarto agudo do miocárdio com elevação do segmento ST da parede inferior do ventrículo esquerdo e com comprometimento do ventrículo direito, porém justificou todos esses achados apenas parcialmente.
- 8 – Indicou o diagnóstico de infarto agudo do miocárdio com elevação do segmento ST da parede inferior do ventrículo esquerdo e com comprometimento do ventrículo direito, justificando todos esses achados de forma completa e correta, com base nos dados do caso clínico.

#### **2.2.1**

- 0 – Não indicou angioplastia.
- 1 – Indicou angioplastia, mas não a justificou corretamente.
- 2 – Indicou angioplastia e a justificou corretamente.

#### **2.2.2**

- 0 – Não indicou ácido acetilsalicílico.
- 1 – Indicou ácido acetilsalicílico, mas não o justificou corretamente.
- 2 – Indicou ácido acetilsalicílico e o justificou corretamente.

#### **2.2.3**

- 0 – Não indicou clopidogrel.
- 1 – Indicou clopidogrel, mas não o justificou corretamente.
- 2 – Indicou clopidogrel e o justificou corretamente.

#### **2.2.4**

- 0 – Não indicou heparina não fracionada ou de baixo peso molecular.
- 1 – Indicou heparina não fracionada ou de baixo peso molecular, mas não a justificou corretamente.
- 2 – Indicou heparina não fracionada ou de baixo peso molecular e a justificou corretamente.

#### **2.2.5**

- 0 – Não indicou oxigenoterapia.
- 1 – Indicou oxigenoterapia, mas não a justificou corretamente.
- 2 – Indicou oxigenoterapia e a justificou corretamente.

#### **2.2.6**

- 0 – Não indicou expansão volêmica.
- 1 – Indicou expansão volêmica, mas não a justificou corretamente.
- 2 – Indicou expansão volêmica e a justificou corretamente.

# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CARGO 3: ANALISTA JUDICIÁRIO – GRUPO: ASSISTENCIAL

ESPECIALIDADE: MÉDICO PSIQUIATRA

PROVA DISCURSIVA

Aplicação: 5/12/2021

## PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

O diagnóstico sindrômico do caso em tela é o de **síndrome ansiosa ou de transtorno de ansiedade**, sendo o diagnóstico nosológico principal, segundo a CID-10, o de **transtorno de pânico ou ansiedade paroxística episódica**, o qual se justifica no caso pelo fato de a paciente apresentar diversos episódios do que podemos considerar ataques de pânico que ocorrem de maneira inesperada, na ausência de qualquer estímulo específico. (“Revela diversos episódios de medo intenso, os quais se manifestam de forma imprevisível, sem um fator causador aparente. Os sintomas apresentados em tais episódios são dificuldade de respirar, dor no peito, diaforese e tontura, os quais duraram cerca de 10 minutos”). Além disso, a paciente mostra-se receosa de ter novos ataques de pânico, o que também se mostra uma das marcas do transtorno de pânico (“Sempre fica receosa com a possibilidade de não obter ajuda na rua caso ‘pire’, ‘perca o controle”). O diagnóstico nosológico comórbido é o de **agorafobia**, o qual se justifica, pois a paciente apresenta ansiedade em estar longe de sua casa desacompanhada e poder não ter auxílio disponível no caso de ocorrer um ataque de pânico (“Apresenta convicção de que, caso se desloque para muito longe de sua casa sozinha, terá um novo ataque e não conseguirá obter ajuda.”).

Os diagnósticos psiquiátricos diferenciais mais prováveis que podem ser elencados são aqueles em que também podem ocorrer ataques de pânico: transtorno de ansiedade generalizada (TAG), transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), transtorno de ansiedade social (TAS), transtorno obsessivo compulsivo (TOC) e fobia específica.

Como tratamento medicamentoso inicial para o caso, considerando-se que a paciente não tem histórico prévio de tratamento psiquiátrico, a opção mais indicada seria o uso de antidepressivos da classe **dos inibidores seletivos da recaptação de serotonina (ISRSs)**, como fluoxetina, paroxetina e sertralina (os 3 ISRSs com indicação de primeira linha pelo FDA, agência regulatória de medicamentos dos Estados Unidos).

### QUESITOS AVALIADOS

- 2.1**  
0 – não indicou corretamente diagnóstico sindrômico.  
1 – indicou corretamente diagnóstico sindrômico.
- 2.2**  
0 – Não indicou corretamente nem diagnóstico nosológico principal e nem diagnóstico nosológico comórbido.  
1 – Indicou corretamente diagnóstico nosológico principal ou diagnóstico nosológico comórbido (um dos 2), porém não justificou corretamente.  
2 – Indicou corretamente diagnóstico nosológico principal ou diagnóstico nosológico comórbido (um dos 2) e justificou corretamente (o diagnóstico corretamente estabelecido).  
3 – Indicou corretamente diagnóstico nosológico principal e diagnóstico nosológico comórbido (os 2) e justificou corretamente apenas um deles.  
4 – Indicou corretamente diagnóstico nosológico principal e diagnóstico nosológico comórbido (os 2) e justificou corretamente os dois.
- 2.3**  
0 – Não indicou corretamente nenhum dos diagnósticos psiquiátricos mais prováveis.  
1 – Indicou corretamente pelo menos 1 dos diagnósticos psiquiátricos mais prováveis.  
2 – Indicou corretamente pelo menos 2 dos diagnósticos psiquiátricos mais prováveis.  
3 – Indicou corretamente pelo menos 3 dos diagnósticos psiquiátricos mais prováveis.  
4 – Indicou corretamente pelo menos 4 dos diagnósticos psiquiátricos mais prováveis.  
5 – Indicou corretamente pelo menos 5 dos diagnósticos psiquiátricos mais prováveis.

**2.4**

0 – Citou corretamente a classe dos inibidores seletivos de recaptação de serotonina (ISRSs)

1 – Citou corretamente a classe dos inibidores seletivos de recaptação de serotonina (ISRSs)

**CONCURSO PÚBLICO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**CARGO 4: ANALISTA JUDICIÁRIO – GRUPO: ASSISTENCIAL**  
**ESPECIALIDADE: PSICÓLOGO**  
**PROVA DISCURSIVA**  
Aplicação: 5/12/2021

**PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO**

O psicólogo clínico, em sua atribuição, colabora na compreensão dos processos intra e interpessoais de Maria, promovendo o seu acompanhamento e as intervenções necessárias. Fundamentando suas ações em abordagem teórica e técnica decorrente, esse profissional realiza avaliação e diagnóstico psicológico, orientação, entrevista, atendimento individual, além de sessões com responsáveis, a fim de compreender e propor ações que possam minimizar o quadro de sofrimento emocional apresentado pela criança, promovendo instrumentos para seu desenvolvimento saudável nas esferas social, afetiva, cognitiva e psicológica. No que se refere ao psicólogo que atua na justiça, sua atribuição é determinada pelo contexto jurídico, centrada na orientação de um dado psicológico que fundamentará a decisão do magistrado. No caso em tela, o psicólogo avaliará o caso de Maria, assim como as relações estabelecidas entre a criança e seus genitores, a fim de produzir um documento que possa subsidiar a decisão judicial. A ideia central, então, versaria sobre a compreensão do modo de funcionamento familiar e as distorções no cumprimento das funções e atribuições parentais fundamentais na constituição da subjetividade e desenvolvimento saudável de Maria.

Levando-se em consideração o cenário jurídico em que Maria se encontra, alguns aspectos clínicos devem ser observados no documento psicológico a ser produzido.

Maria apresenta um quadro clínico importante — dificuldade em acatar regras/limites e em manter atenção, agitação, ansiedade, agressividade, labilidade emocional, autoestima comprometida e baixa tolerância à frustração — que pode denotar os efeitos dos conflitos entre seus pais, configurados como agentes estressores e propiciadores de um comprometimento no desenvolvimento saudável de Maria. Outros aspectos que merecem ser destacados são: estresse e o meio ambiente permeado de conflitos entre os pais, o que é transposto para a relação parental e, conseqüentemente, ocasiona mudanças na disponibilidade emocional dos pais ou mesmo no controle e monitoramento que exercem sobre a menor; aspectos da esfera parental que impactam a atribuição das funções a serem desempenhadas pelos genitores; ausência da participação do genitor no acompanhamento da criança, o que inviabiliza uma visão ampla do caso e configurado uma compreensão parcializada do contexto e cenário da criança; aparecimento de resposta orgânica como efeito de conflitos emocionais; histórico de violência física e psicológica como componente relevante na história da criança; possíveis efeitos do distanciamento na relação pai-filha e instituição da função paterna; conflitos significativos esfera parental que comprometem o desenvolvimento saudável de Maria.

Partindo dos aspectos acima mencionados, o psicólogo clínico ~~produzirá um relatório psicológico~~ **poderá optar por duas modalidades: relatório ou laudo psicológico**, como peça de natureza e valor técnico-científico, com exposição descritiva e circunstanciada, levando em consideração os condicionantes históricos e sociais circunscritos ao cenário de Maria. Não devem ser descritas de modo literal as sessões de Maria, exceto em casos em que tal fato se justifique tecnicamente. ~~Esse documento~~ **O relatório psicológico** é composto por: identificação, descrição da demanda, procedimento, análise e conclusão. **No caso de laudo psicológico, acrescentar as referências utilizadas na elaboração do documento.**

Cabe destacar que o psicólogo responsável pelo caso tem autonomia para decidir os procedimentos, as observações e as análises que serão comunicados, tendo em vista a finalidade do documento a ser produzido.

## QUESITOS AVALIADOS

- 2.1**
- 0 – Não apresentou diferenças entre as atribuições do psicólogo clínico e do psicólogo jurídico.
  - 1 – Abordou apenas atribuições do psicólogo clínico ou do psicólogo jurídico.
  - 2 – Apresentou apenas um aspecto de diferenciação entre o psicólogo clínico e o psicólogo jurídico.
  - 3 – Apresentou dois ou mais aspectos de diferenciação entre o psicólogo clínico e o psicólogo jurídico, mas não os relacionou explicitamente ao caso apresentado.
  - 4 – Apresentou dois ou mais aspectos de diferenciação entre o psicólogo clínico e o psicólogo jurídico e os articulou com as atribuições necessárias ao caso apresentado.
- 2.2**
- 0 – Não apresenta nenhum aspecto clínico do caso.

- 1 – Menciona aspecto(s) clínico(s), mas não o(s) desenvolve com base no caso apresentado.
- 2 – Desenvolve apenas um aspecto clínico relacionado ao caso apresentado.
- 3 – Desenvolve apenas dois aspectos clínicos relacionados ao caso apresentado.
- 4 – Desenvolve três aspectos clínicos, articulando-os com o caso, com o contexto e com a atribuição do psicólogo clínico.

### 2.3

- 0 – Não aborda o relatório **ou laudo** psicológico.
- 1 – Menciona o relatório **ou laudo** psicológico, mas não o justifica nem explica sua estrutura.
- 2 – Indica o relatório **ou laudo** psicológico e sua estrutura, mas não o justifica; ou indica o relatório psicológico e o justifica, mas não indica sua estrutura.
- 3 – Indica o relatório **ou laudo** psicológico e o justifica, mas apresenta apenas parte de sua estrutura.
- 4 – Indica o relatório **ou laudo** psicológico, explica sua estrutura e o justifica.

**CONCURSO PÚBLICO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**CARGO 5: ANALISTA JUDICIÁRIO – GRUPO: GESTÃO**  
**ESPECIALIDADE: CONTADOR**  
**PROVA DISCURSIVA**  
Aplicação: 5/12/2021

**PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO**

A Lei Complementar n.º 101/2000, ou Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), é legislação infraconstitucional que estabelece a responsabilidade na gestão fiscal. Essa responsabilidade fiscal está baseada em quatro princípios: planejamento, transparência, controle e responsabilização. Em geral, a LRF exige a elaboração de orçamentos objetivos e sua obediência, o respeito às metas fiscais, a compensação orçamentária (novos gastos devem ser justificados e vir de fontes correlatas de financiamento) e o equilíbrio entre receitas e despesas, tudo com foco no planejamento em médio e longo prazo, de modo que um governo não prejudique as finanças públicas nem repasse as consequências ao governo seguinte.

A LRF pressupõe ação planejada e transparente em que se previnam riscos e se corrijam desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, seguridade social e outras, dívida consolidada e mobiliária, operações de crédito, concessão de garantias e inscrição de restos a pagar. A LRF abrange todos os entes federados (União, estados e municípios) e as respectivas administrações diretas, fundos, autarquias, fundações, assim como todos os Poderes constituídos (Executivo, Legislativo e Judiciário). Também estão incluídos o Ministério Público, a Defensoria Pública e os Tribunais de Contas da União, os dos estados e os dos municípios e as empresas estatais dependentes.

A LRF estabeleceu a obrigatoriedade da apuração quadrimestral da despesa total com pessoal para aferição da sua adequação aos seguintes limites: 50% para a União; 60% para os estados; e 60% para os municípios.

A repartição dos limites globais de gastos com pessoal não poderá ultrapassar os seguintes percentuais para as demais esferas de governo: na esfera federal, 2,5% para o Poder Legislativo, incluído o Tribunal de Contas da União, 6% para o Poder Judiciário, 40,9% para o Poder Executivo e 0,6% para o Ministério Público; na esfera estadual, 3% para o Poder Legislativo, incluído o tribunal de contas do estado, 6% para o Poder Judiciário, 49% para o Poder Executivo e 2% para o Ministério Público do estado.

Caso o teto de 95% dos limites listados anteriormente (limite prudencial) seja alcançado, deverão ser implementadas as seguintes vedações: concessão de aumento ou adequação de remuneração a qualquer título, ressalvada a revisão geral anual da remuneração; criação de cargo, emprego ou função; alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa; provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título; e contratação de hora extra.

**QUESITOS AVALIADOS**

**2.1**

0 – Não definiu corretamente a LRF nem citou os princípios.

1 – Apenas definiu adequadamente a LRF ou apenas citou um ou mais dos princípios em que ela se baseia.

2 – Definiu adequadamente a LRF, mas citou apenas um princípio corretamente.

3 – Definiu adequadamente a LRF, mas citou apenas dois princípios corretamente.

4 – Definiu adequadamente a LRF e citou os três princípios corretamente.

**2.2**

0 – Não comentou sobre a abrangência da LRF nem citou os entes alcançados.

1 – Comentou corretamente sobre a abrangência da LRF, mas não citou os entes alcançados.

2 – Comentou corretamente sobre a abrangência da LRF, mas citou apenas um ente alcançado.

3 – Comentou corretamente sobre a abrangência da LRF, mas citou apenas alguns dos entes alcançados.

4 – Comentou corretamente sobre a abrangência da LRF e citou todos os entes alcançados.

**2.3**

0 – Não abordou corretamente o limite global para gasto com pessoal na União e nos estados.

1 – Abordou corretamente apenas o limite global relativo à União.

2 – Abordou corretamente o limite global da União e o dos estados.

**2.4**

0 – Não apresentou corretamente qualquer limite individual para gasto com pessoal.

1 – Apresentou corretamente apenas o limite individual dos Poderes da União ou dos Poderes dos estados.

2 – Apresentou corretamente o limite individual de apenas um dos Poderes da União e um dos estados.

3 – Apresentou corretamente o limite individual de apenas dois dos Poderes da União e dois dos estados.

4 – Apresentou corretamente o limite individual dos três Poderes da União e dos estados, incluindo os tribunais de contas.

**2.5**

0 – Não citou nenhuma medida correta.

1 – Abordou apenas uma medida correta.

2 – Abordou duas ou mais medidas corretas.

# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CARGO 6: ANALISTA JUDICIÁRIO – GRUPO: JUDICIAL

ESPECIALIDADE: COMISSÁRIO DE JUSTIÇA DA INFÂNCIA, DA JUVENTUDE E DO IDOSO

PROVA DISCURSIVA

APLICAÇÃO: 5/12/2021

## PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

A justiça restaurativa, conforme o art. 1.º da Resolução n.º 225/2016 do Conselho Nacional de Justiça, “constitui-se como um conjunto ordenado e sistêmico de princípios, métodos, técnicas e atividades próprias que visa à conscientização sobre os fatores relacionais, institucionais e sociais motivadores de conflitos e violência, e por meio do qual os conflitos que geram dano, concreto ou abstrato, são solucionados de modo estruturado na seguinte forma (...)”.

Esse método pode ser aplicado em circunstâncias de conflito e violência nas quais tenha sido gerado um dano à vítima, seja concreto, seja abstrato.

Os princípios que orientam a atuação no âmbito da justiça restaurativa estão previstos no art. 2.º da Resolução n.º 225/2016 do Conselho Nacional de Justiça, a saber: “Art. 2.º São princípios que orientam a Justiça Restaurativa: a corresponsabilidade, a reparação dos danos, o atendimento às necessidades de todos os envolvidos, a informalidade, a voluntariedade, a imparcialidade, a participação, o empoderamento, a consensualidade, a confidencialidade, a celeridade e a urbanidade.”.

A justiça restaurativa deve ser conduzida por facilitadores no âmbito dos tribunais de justiça dos estados, contando com a participação do ofensor, da vítima, das suas respectivas famílias e dos demais envolvidos no fato danoso, bem como com a presença da comunidade direta ou indiretamente atingida pelo fato, visando-se à satisfação dos interesses dos envolvidos e à responsabilização ativa daqueles que tenham contribuído para a ocorrência do fato danoso, conforme dispõe a Resolução n.º 225/2016 do Conselho Nacional de Justiça, *in verbis*:

Art. 1.º [...]

I – é necessária a participação do ofensor, e, quando houver, da vítima, bem como, das suas famílias e dos demais envolvidos no fato danoso, com a presença dos representantes da comunidade direta ou indiretamente atingida pelo fato e de um ou mais facilitadores restaurativos;

II – as práticas restaurativas serão coordenadas por facilitadores restaurativos capacitados em técnicas autocompositivas e consensuais de solução de conflitos próprias da Justiça Restaurativa, podendo ser servidor do tribunal, agente público, voluntário ou indicado por entidades parceiras;

III – as práticas restaurativas terão como foco a satisfação das necessidades de todos os envolvidos, a responsabilização ativa daqueles que contribuíram direta ou indiretamente para a ocorrência do fato danoso e o empoderamento da comunidade, destacando a necessidade da reparação do dano e da recomposição do tecido social rompido pelo conflito e as suas implicações para o futuro.

### QUESITOS AVALIADOS

#### 2.1

0 – Não abordou as hipóteses de aplicação da justiça restaurativa.

1 – Mencionou vagamente o assunto, sem desenvolvê-lo.

2 – Discorreu sobre as hipóteses de aplicação da justiça restaurativa de forma insuficiente/incompleta.

3 – Discorreu corretamente sobre as hipóteses de aplicação da justiça restaurativa.

#### 2.2

0 – Não mencionou nenhum princípio.

1 – Indicou corretamente apenas um princípio.

2 – Indicou corretamente apenas dois princípios.

3 – Indicou corretamente apenas três princípios.

4 – Indicou corretamente quatro princípios.

#### 2.3

0 – Não abordou o procedimento da justiça restaurativa.

1 – Abordou corretamente apenas um aspecto do procedimento.

2 – Abordou corretamente apenas dois aspectos do procedimento.

3 – Abordou três aspectos do procedimento, porém um deles de forma incompleta/insuficiente.

4 – Abordou três ou mais aspectos do procedimento, de forma correta e suficiente.

# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CARGO 7: ANALISTA JUDICIÁRIO – GRUPO: JUDICIAL  
ESPECIALIDADE: EXECUÇÃO DE MANDADOS

CARGO 8: ANALISTA JUDICIÁRIO  
GRUPO: NÍVEL SUPERIOR – SEM ESPECIALIDADE

PROVA DISCURSIVA

APLICAÇÃO: 5/12/2021

## PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

Os mecanismos de controle da administração pública mostram-se imprescindíveis para a regular prestação dos serviços públicos e para o próprio funcionamento do regime democrático. No âmbito do controle interno exercido por cada Poder, evidencia-se a prerrogativa de autotutela conferida aos Poderes da República, **ou seja, o controle interno ocorre no âmbito da própria administração ou no órgão do mesmo Poder, sob o aspecto hierárquico ou finalístico.** No tocante ao controle recíproco exercido entre os Poderes, revela-se o sistema de freios e contrapesos estabelecido pela Constituição Federal de 1988. **O controle externo ocorre quando um Poder exerce a revisão dos atos administrativos de outro Poder.**

**O momento do controle administrativo pode ser prévio ou preventivo, concomitante ou posteriormente, e esse controle pode se dar quanto à legalidade, ao mérito ou à legitimidade.**

Nesse prisma, o controle administrativo é o que tem como fonte a própria administração originária do ato sob exame e **decorre das atividades administrativas do órgão.** Pode ser exercido pelo Poder Executivo, pelo Poder Legislativo e pelo Poder Judiciário, já que sua característica principal é a capacidade de fiscalização dentro da mesma estrutura de poder. Materializa-se por meio do poder de autotutela de que dispõe a administração para sindicar e rever os atos por ela emanados. Pode ser exemplificado pela possibilidade de apresentação de recursos administrativos, pela atuação dos órgãos correccionais, pelo controle decorrente do poder hierárquico, pela resolução de processos administrativos, entre outros.

No que se refere ao controle legislativo, tem-se a prerrogativa constitucional de fiscalização da atividade administrativa sob os aspectos político e financeiro. Esta pode ser manifestada por meio da atuação dos tribunais de contas, dos órgãos e das comissões pertinentes das Casas, da possibilidade de convocação de autoridades para prestarem depoimentos, dos poderes inerentes às comissões parlamentares de inquérito, da possibilidade de sustação dos atos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar, entre outros.

O controle jurisdicional, por sua vez, manifesta-se pela fiscalização, realizada pelo Poder Judiciário, dos atos emanados pelos Poderes Executivo e Legislativo, além daqueles oriundos de seus próprios órgãos. Pode ser exemplificado pelo manejo de ações judiciais em que são questionados atos dos demais poderes, tais como o mandado de segurança, a ação popular, a ação civil pública, o *habeas corpus*, o *habeas data*, entre outros.

**Obs. O enunciado da questão, ao se referir às modalidades de controle administrativo, legislativo e jurisdicional exercidas no Brasil, deixou evidente que as “modalidades” de controle estavam relacionadas ao órgão ou à natureza do controlador. Desta forma, outras formas de classificações doutrinárias de controle da administração pública apenas serão levados em consideração para fins de demonstração de conhecimento, sem prejuízo aos exemplos de controle exercido por cada Poder citados pelo candidato.**

### QUESITOS AVALIADOS

#### 2.1, 2.2 e 2.3

- 0 – Não conceituou corretamente nem exemplificou corretamente.
- 1 – Apenas apresentou exemplo(s) correto(s), sem apresentar nenhuma definição correta.
- 2 – Conceituou corretamente, porém não apresentou nenhum exemplo correto.
- 3 – Conceituou corretamente, porém apresentou somente um exemplo correto.
- 4 – Conceituou corretamente e apresentou dois exemplos corretos.

# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

## CARGO 9: ANALISTA JUDICIÁRIO – GRUPO: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

### ESPECIALIDADE: ANALISTA DE GESTÃO DE TIC

PROVA DISCURSIVA

APLICAÇÃO: 5/12/2021

## PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

### 2.1 Projetos

Quanto ao COBIT 2019, a resolução da fraqueza falta de gestão interna dos projetos para orquestrar os diversos setores da DGTEC, da área projeto, relaciona-se ao processo **Projeto Gerenciado** (BAI11 – Managed Projects) (**aceitos como equivalentes os termos Gerenciamento de Projeto(s) e Gerenciar Projeto(s)**). No COBIT 2019, esse processo é relativo a gerenciar todos os projetos que são iniciados na empresa em alinhamento com a estratégia da empresa e de forma coordenada, com base na abordagem de gerenciamento de projeto padrão.

Quanto à ITIL 4, a resolução dessa fraqueza se associa à prática de **Gerenciamento de Projeto** (**aceito como equivalente o termo Gerenciamento de Projetos**). Na ITIL 4, essa prática garante que todos os projetos de uma organização sejam entregues a contento.

### 2.2 Fornecedores

Quanto ao COBIT 2019, a resolução da fraqueza falta de experiência no gerenciamento com fornecedores, da área envolvidos (*stakeholders*), relaciona-se ao processo **Fornecedores Gerenciados** (APO10 – Managed Vendors) (**aceitos como equivalentes os termos Gerenciamento de Projeto(s) e Gerenciar Projeto(s)**). No COBIT 2019, esse processo é relativo aos seguintes aspectos: busca e seleção de fornecedores, gerenciamento de relacionamentos, gerenciamento de contratos e revisão e monitoramento do desempenho do fornecedor.

Quanto à ITIL 4, a resolução dessa fraqueza se associa à prática **Gerenciamento de Fornecedor** (**aceito como equivalente o termo Gerenciamento de Fornecedores**). Na ITIL 4, essa prática garante que os fornecedores de uma organização e seus níveis de desempenho sejam gerenciados adequadamente para oferecer suporte a produtos e serviços de qualidade contínua.

### 2.3 Problemas

Quanto ao COBIT 2019, a resolução da fraqueza deficiência no processo de gerenciamento de problemas, da área suporte, relaciona-se ao processo **Problemas Gerenciados** (DSS03 – Managed Problems) (**aceitos como equivalentes os termos Gerenciamento de Problema(s) e Gerenciar Problema(s)**). No COBIT 2019, esse processo identifica e classifica os problemas e suas causas raízes, fornece resolução oportuna para evitar incidentes recorrentes e fornece recomendações para melhorias.

Quanto à ITIL 4, a resolução dessa fraqueza se associa à prática **Gerenciamento de Problema** (**aceito como equivalente o termo Gerenciamento de Problemas**). Na ITIL 4, essa prática reduz a probabilidade e o impacto de incidentes por meio da identificação de suas causas reais e potenciais e do gerenciamento de soluções de contorno e erros conhecidos.

### 2.4 Riscos

Quanto ao COBIT 2019, a resolução da fraqueza ausência de gestão de riscos, da área riscos, relaciona-se ao processo **Risco Gerenciado** (APO12 – Managed Risk) (**aceitos como equivalentes os termos Gerenciamento de Risco(s) e Gerenciar Risco(s)**). No COBIT 2019, esse processo identifica, avalia e reduz continuamente os riscos relacionados a I&T dentro dos níveis de tolerância definidos pela gerência executiva da empresa.

Quanto à ITIL 4, a resolução dessa fraqueza se associa à prática **Gerenciamento de Riscos** (**aceito como equivalente o termo Gerenciamento de Risco**). Na ITIL 4, essa prática garante a uma organização a compreensão e o tratamento eficaz dos riscos.

## QUESITOS AVALIADOS

2.1 a 2.4

0 – Não abordou corretamente nenhum dos seguintes aspectos: (a) nome do processo no COBIT 2019; (b) objetivo do processo no COBIT 2019; (c) nome da prática na ITIL 4; (d) objetivo da prática na ITIL 4.

1 – Abordou corretamente apenas um dos aspectos acima mencionados.

2 – Abordou corretamente apenas dois dos aspectos acima mencionados.

3 – Abordou corretamente apenas três dos aspectos acima mencionados.

4 – Abordou corretamente os quatro aspectos acima mencionados.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
CARGO 10: ANALISTA JUDICIÁRIO – GRUPO: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO  
ESPECIALIDADE: ANALISTA DE INFRAESTRUTURA DE TIC

PROVA DISCURSIVA

APLICAÇÃO: 5/12/2021

**PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO**

Quanto ao desenvolvimento do tema, o candidato deve, a partir dos textos motivadores, abordar o tema e os aspectos propostos, de maneira clara e coerente, empregando os mecanismos de coesão textual. A abordagem dada ao tema pode variar, mas o candidato deve demonstrar conhecer a atualidade do tema de Infraestrutura Tecnológica para o Provimento de Trabalho Remoto, demonstrando conhecimento dos conceitos, das tecnologias e das boas práticas acerca da arquitetura de nuvem, VPN e estrutura da segurança.

A Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) existe para apoiar e agregar o negócio; logo, em um contexto de trabalho remoto, a observância deve ocorrer sob a ótica dos usuários/colaboradores das áreas de negócios que se deslocam dos ambientes corporativos, com serviços, controles próprios e acesso interno, para ambientes domésticos, sem controle, normalmente não idealizados para trabalho e com acesso pela Internet.

Essa mudança exige uma adequação da infraestrutura de TIC das instituições ajustando-as, inclusive com novas tecnologias e quebra de paradigmas. Sistemas e informações restritas acessíveis somente a partir de redes internas passam a estar disponíveis através da internet, sendo necessária a adoção de novas camadas de segurança.

**Com relação ao item 1, espera-se que o candidato aborde 2 protocolos de VPN para uso no teletrabalho, considerando suas características, modos de operações, segurança e boas práticas.**

Diante do cenário de teletrabalho, a VPN será estabelecida entre a localidade do colaborador, tal como residência, e a organização; logo, devem-se pesar a segurança, a complexidade da instalação e configuração da VPN no dispositivo do colaborador, bem como a facilidade de uso.

Segue a análise dos protocolos de VPN indicados.

- Protocolo de IPSEC em modo transparente ou tunelamento com AH e ESP – A implantação de modo geral é feita com um cliente na máquina do usuário, e o servidor de VPN na empresa, configurado para usuários autenticá-los. O ESP encripta apenas os dados de carga útil. O AH pode fornecer integridade para o cabeçalho IP. Devem ser observadas as características de tipo de encapsulamento, tais como transporte ou tunelamento e o tipo de criptografia: cabeçalho (AH) e *payload* (ESP). O uso de clientes baseados em IPSEC traz um custo maior de configuração e aprendizado, em contra partida gera uma maior estabilidade da conexão. A resposta IPSEC, sem a indicação do uso do AH e ESP está incompleta.

- Protocolo de VPNs baseadas em SSL/TLS sobre HTTP – Uso de portais VPNs baseados em SSL/TLS demanda menor esforço de configuração, sendo mais prático e fácil de utilizar. Em relação à segurança, sugere-se a autenticação por certificado digital e(ou) duplo fator, utilização de protocolos seguros e segmentação do tráfego corporativo do tráfego doméstico, não enviando esse último pela VPN. Normalmente, o acesso é feito por meio de navegador com ou sem *plugins* específicos para os portais SSL e(ou) *softwares* específicos de clientes para VPN.

- Protocolo Layer 2 Tunneling Protocol/IPSec VPN (L2TP/IPSEC) – O L2TP em sua forma padrão com PPTP é considerado inseguro, sendo recomendado o uso com o IPSEC. Utiliza-se um cliente VPN para acesso ao *gateway*.

Respostas L2TP sem mencionar o IPSEC serão consideradas incorretas.

- Internet Key Exchange Version 2/IPSEC (IKEv2). Considerado protocolo leve e estável, destaca-se pela sua velocidade, sendo recomendado para uso com dispositivos móveis. Suporta autenticação EAP, permite NAT traversal e MOBIKE *multihoming*.

Respostas com IKE1 ou IKEv2 sem o IPSEC serão consideradas incorretas.

Obs.: o Protocolo Point-to-Point Tunneling Protocol (PPTP) **não** será considerado como resposta, haja vista ser de um protocolo depreciado e sem uso de criptografia.

**No item 2, espera-se que o candidato indique 2 (duas) vantagens e 2 (duas) desvantagens da utilização da nuvem para o teletrabalho, bem como 2 (dois) serviços para o *Software como Serviço (SaaS)* para apoiar o teletrabalho, apresentando suas características e boas práticas.**

As vantagens da utilização da arquitetura de nuvem SaaS para o teletrabalho são a possibilidade de disponibilizar serviços, recursos, plataformas e sistemas rapidamente, sob demanda, de forma elástica e escalável com investimentos financeiros de capital revertidos para serviços; e o direcionamento das equipes de TI para o atendimento às necessidades de negócios, terceirizando parte da infraestrutura e do desenvolvimento. Todo o controle e gerenciamento da rede, sistemas operacionais, servidores e armazenamento é feito pelo provedor de serviço. Está acessível para colaboradores dentro e fora das organizações. A nuvem mostrou-se uma grande aliada às organizações durante a pandemia ao permitir, de forma rápida, a expansão e migração de recursos computacionais, inclusive *desktops* virtuais e aplicações, disponibilizando-os externamente a organização com níveis de segurança aceitáveis.

As desvantagens conceituais são a segurança da informação, haja vista que essas informações estão sendo tratadas por um terceiro e fora da organização, normalmente em nuvem pública, possível perda de isolamento de dados de usuários e a latência na comunicação de serviços em de nuvens no exterior.

A utilização de SaaS, tendo na nuvem *software* disponibilizando como serviço como: *e-mail* corporativo, armazenamento de arquivos, soluções colaborativas, sala de reunião virtuais, pacotes de ferramentas de escritórios, entre outros.

Consideram-se boas práticas o alinhamento de acordo de níveis de serviços com os provedores de nuvens, acordos de confidencialidade, o *backup* das informações, controle de acesso com implementação de múltiplos fatores, a proteção de dados pessoais, soluções de múltiplos inquilinos mantendo a confidencialidade e integridade dos dados.

**No que se refere ao item 3, espera-se que o candidato descreva a necessidade de ajustes com suas características e boas práticas.**

- inserir regras nos *firewalls* institucionais para permitir o tráfego das redes VPN as estações de trabalhos ou *desktops* virtuais (VDI) ou *bastions*;
- disponibilizar *notebooks* ou computadores para os colaboradores que estejam em regime de trabalho remoto;
- elaborar políticas ou normativos disciplina o trabalho remoto na organização;
- solicitar que os colaboradores tenham antivírus e *firewalls* em suas máquinas pessoais, caso eles sejam utilizados para acessar recursos computacionais e informações da organização;
- elaborar regras e diretrizes sobre o acesso de familiares e visitantes ao equipamento e à informação;
- ajustar os *antispan*s para também examinar o fluxos de saída de *email*;
- trabalhar com acessos remotos a partir de VPN com criptografia ativa;
- utilizar autenticação de múltiplos fatores e/ou utilização de esquema de criptografia pública e privada;
- fornecer acesso virtual às estações de trabalho dos usuários, para prevenir o processamento e o armazenamento da informação em um equipamento de propriedade particular;
- utilizar certificados digitais válidos em todos servidores;
- utilizar, quando necessário, protocolos TCP/IP considerados seguros SSH, HTTPS, FTPS, entre outros;
- disponibilizar máquinas físicas ou virtuais para acesso remoto a partir da Internet com o intuito de intermediar o acesso com servidores críticos (*bastition*, *jump* ou *secure admin workstations (SAWs)*);
- auditar e monitorar os acessos remotos.

## QUESITOS AVALIADOS

### 2.1

0 – Não abordou os protocolos de VPNs.

1 – Mencionou somente um protocolo.

2 – Desenvolveu corretamente os dois protocolos e só citou as características ou modo de operação ou segurança de um.

3 – Desenvolveu corretamente os dois protocolos, porém sem articulação do tema ou sem citar suas características ou modo de operação ou segurança.

4 – Desenvolveu corretamente os dois protocolos com as respectivas justificativas, articulando o tema e citando suas características/modo de operação/segurança.

### 2.2

0 – Não abordou as vantagens, desvantagens e não citou os serviços de SaaS.

1 – Mencionou parcialmente as vantagens ou desvantagens ou os serviços de SaaS, mas não as desenvolveu.

2 – Desenvolveu todas as vantagens, desvantagens e citou o SaaS, mas de forma inconsistente ou desconectada do texto.

3 – Desenvolveu duas vantagens e desvantagens, citou dois serviços de SaaS, articulando-os com o tema e os demais aspectos, mas não citou as boas práticas..

4 – Desenvolveu duas vantagens e desvantagens, citou dois serviços de SaaS, apresentou as boas práticas e articulando-os com o tema e os demais aspectos.

### **2.3**

0 – Não abordou as adequações necessárias.

1 – Descreveu uma a duas adequações, mas não desenvolveu.

2 – Descreveu duas a três adequações, mas de forma inconsistente ou desconectada do texto como um todo.

3 – Descreveu as três adequações, abordou os ajustes, mas não apresentou as boas práticas.

4 – Descreveu as três adequações, abordou os ajustes e apresentou as boas práticas.

# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

## CARGO 11: ANALISTA JUDICIÁRIO – GRUPO: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

### ESPECIALIDADE: ANALISTA DE NEGÓCIOS

PROVA DISCURSIVA

APLICAÇÃO: 5/12/2021

## PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

### 1. Identificação e explicação dos princípios de um sistema de governança de tecnologia de informação do COBIT 2019

O COBIT 2019 define seis princípios de um sistema de governança de tecnologia de informação, a saber:

- (a) prover valor para as partes interessadas: as organizações existem para criar valor para os *stakeholders*, ou seja, para todas as partes interessadas (usuários, auditores, fornecedores, alta administração, sociedade em geral etc.) e a criação de valor significa obter benefícios por meio da otimização do uso de recursos e dos riscos a um nível aceitável;
- (b) abordagem holística: para apoiar a governança e a gestão de TI utilizando uma abordagem que engloba a organização como um todo, incluindo seus componentes e suas inter-relações;
- (c) sistema de governança dinâmico: deve performar, integrando todos os conhecimentos anteriormente dispersos em diferentes *frameworks* relacionados à TI e à gestão corporativa;
- (d) governança distinta do gerenciamento: distinção entre governança e gerenciamento, uma vez que essas duas áreas abrangem diferentes tipos de atividades, exigem diferentes estruturas organizacionais e servem a propósitos diferentes. Na governança, são discutidos e aprovados as políticas e os planos de alinhamento estratégico (planejamento estratégico organizacional, planejamento estratégico de TI), a implementação de processos e os mecanismos de controle que direcionarão a gestão da TI. O gerenciamento consiste em planejar, construir, executar e monitorar atividades alinhadas com a direção estratégica estabelecida pela governança para atingir os objetivos de negócios;
- (e) adaptar-se às necessidades da empresa: deve permitir ajustes e modificações, consoante as demandas da organização;
- (f) sistema de governança fim-a-fim: isso significa integrar a governança corporativa de TI dentro da governança corporativa; cobrir todas as funções e processos requeridos dentro da organização; e não focar apenas nas funções de TI, mas tratar a informação e tecnologia relacionadas como ativos que precisam ser tratados como qualquer outro ativo por todos na organização.

### 2. Identificação e explicação dos componentes de um sistema de governança de tecnologia de informação do COBIT 2019

Um sistema de governança tecnologia de informação, segundo o COBIT 2019, deve possuir os seguintes componentes:

- (a) processos: as organizações devem ter processos definidos para a execução de suas atividades; apresentam a forma como os serviços e produtos de TI serão desenvolvidos, gerenciados e entregues aos seus usuários e clientes;
- (b) estruturas organizacionais: a forma escolhida pela organização para alocar o seu capital humano. Por meio da divisão de setores, cargos e funções, o nível hierárquico é determinado, bem como a relação entre liderança e liderados;
- (c) princípios, políticas e procedimentos: princípios para os dirigentes utilizarem na avaliação, gerenciamento e no monitoramento do uso da tecnologia da informação nas suas organizações; políticas para assegurar que o uso da TI atenda aos objetivos do negócio; e procedimentos estabelecidos, para que não situações não conformes;
- (d) informação: a reunião ou o conjunto de dados e conhecimentos organizados, que possam constituir referências sobre um determinado acontecimento, fato ou fenômeno;
- (e) cultura, ética e comportamento: os usos e as soluções da área de TI devem abarcar os valores organizacionais, bem como a sua cultura e os comportamentos observados;
- (f) pessoas, habilidades e competências: os profissionais devem ser capacitados e treinados, a fim de que suas habilidades e competências sejam colocados a serviço da missão e visão organizacionais;
- (g) serviços, infraestrutura e aplicações: devem ser planejados e implementados, observando-se os requisitos, os recursos e os prazos definidos, de forma a contribuir com eficiência na execução dos objetivos organizacionais.

### 3. Definição de área de foco para o COBIT 2019 e exemplificação de uma aplicação para o TJRJ

Para o COBIT 2019, área de foco é um tópico, domínio ou problema que pode ser mitigado por um objetivo de governança de TI ou gerenciamento. Isso permite a definição de áreas ou temas dentro da organização para onde os esforços da governança de TI devem ser direcionados, independentemente do seu tamanho e do setor em que ela atua.

São exemplos de aplicação da área de foco para o TJRJ: segurança de dados, transformação digital, computação em nuvem, entre outros.

## **QUESITOS AVALIADOS**

### **2.1**

- 0 – Não identificou nem explicou qualquer princípio de um sistema de governança de tecnologia de informação do COBIT 2019.
- 1 – Identificou e explicou corretamente um princípio de um sistema de governança de tecnologia de informação do COBIT 2019.
- 2 – Identificou e explicou corretamente dois princípios de um sistema de governança de tecnologia de informação do COBIT 2019.
- 3 – Identificou e explicou corretamente três princípios de um sistema de governança de tecnologia de informação do COBIT 2019.
- 4 – Identificou e explicou corretamente quatro princípios de um sistema de governança de tecnologia de informação do COBIT 2019.
- 5 – Identificou e explicou corretamente cinco princípios de um sistema de governança de tecnologia de informação do COBIT 2019.
- 6 – Identificou e explicou corretamente seis princípios de um sistema de governança de tecnologia de informação do COBIT 2019.

### **2.2**

- 0 – Não identificou nem explicou qualquer componente de um sistema de governança de tecnologia de informação do COBIT 2019.
- 1 – Identificou e explicou corretamente um componente de um sistema de governança de tecnologia de informação do COBIT 2019.
- 2 – Identificou e explicou corretamente dois componentes de um sistema de governança de tecnologia de informação do COBIT 2019.
- 3 – Identificou e explicou corretamente três componentes de um sistema de governança de tecnologia de informação do COBIT 2019.
- 4 – Identificou e explicou corretamente quatro componentes de um sistema de governança de tecnologia de informação do COBIT 2019.
- 5 – Identificou e explicou corretamente cinco componentes de um sistema de governança de tecnologia de informação do COBIT 2019.
- 6 – Identificou e explicou corretamente seis componentes de um sistema de governança de tecnologia de informação do COBIT 2019.
- 7 – Identificou e explicou corretamente sete componentes de um sistema de governança de tecnologia de informação do COBIT 2019.

### **2.3**

- 0 – Não definiu nem exemplificou corretamente qualquer aplicação de área de foco para o TJRJ.
- 1 – Definiu corretamente, mas não exemplificou, ou exemplificou de forma errada, uma aplicação de área de foco para o TJRJ.
- 2 – Não definiu corretamente, mas exemplificou corretamente uma aplicação de área de foco para o TJRJ.
- 3 – Definiu e exemplificou corretamente uma aplicação de área de foco para o TJRJ.

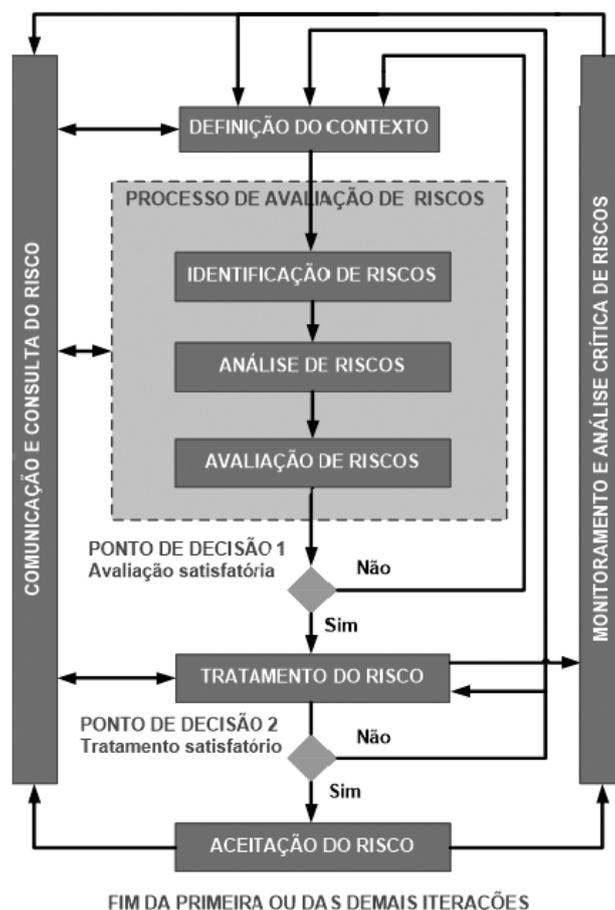
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
CARGO 12: ANALISTA JUDICIÁRIO – GRUPO: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO  
ESPECIALIDADE: ANALISTA DE PROJETOS

PROVA DISCURSIVA

APLICAÇÃO: 5/12/2021

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

Nos termos da NBR ISO/IEC 27005, as atividades do processo de gestão de riscos são: definição do contexto; processo de avaliação de riscos; tratamento do risco; aceitação do risco; comunicação e consulta do risco; monitoramento e análise crítica de riscos. O diagrama a seguir representa essas atividades no processo de gestão de riscos.



### Definição do contexto

Convém que o contexto externo e interno para gestão de riscos de segurança da informação seja estabelecido, o que envolve a definição dos critérios básicos necessários para a gestão de riscos de segurança da informação, a definição do escopo e dos limites e o estabelecimento de uma organização apropriada para operar a gestão de riscos de segurança da informação.

### Processo de avaliação de riscos

Esse processo determina o valor dos ativos de informação, identifica as ameaças e vulnerabilidades aplicáveis existentes (ou que poderiam existir), identifica os controles existentes e seus efeitos no risco identificado, determina as consequências possíveis e, finalmente, prioriza os riscos derivados e ordena-os de acordo com os critérios de avaliação de riscos estabelecidos na definição do contexto. Convém que os riscos sejam identificados, quantificados ou descritos qualitativamente, priorizados em função dos critérios de avaliação de riscos e dos objetivos relevantes da organização. Como se nota no diagrama, o processo de avaliação de riscos ainda se subdivide em três atividades, a saber: **identificação de riscos**; **análise de riscos**; e **avaliação de riscos**.

A **identificação de riscos** tem o propósito de determinar eventos que possam causar uma perda potencial e deixar claro como, onde e por que a perda pode acontecer. Convém que a identificação de riscos inclua os riscos cujas fontes estejam ou não sob controle da organização, mesmo que a fonte ou a causa dos riscos não seja evidente.

A **análise de riscos** pode ser empreendida com diferentes graus de detalhamento, conforme a criticidade dos ativos, a extensão das vulnerabilidades conhecidas e os incidentes anteriores envolvendo a organização. Uma metodologia para a análise pode ser qualitativa ou quantitativa, ou uma combinação de ambos, de acordo com as circunstâncias. Na prática, a análise qualitativa é frequentemente utilizada em primeiro lugar para obter uma indicação geral do nível de risco e para revelar os grandes riscos. Depois, poderá ser necessário efetuar uma análise quantitativa ou mais específica, nos grandes riscos. Isso ocorre porque normalmente é menos complexo e menos oneroso realizar análises qualitativas do que quantitativas. Convém que a forma da análise seja coerente com o critério de avaliação de riscos desenvolvido como parte da definição do contexto.

A **avaliação de riscos** compreende uma lista de riscos com níveis de valores designados e critérios para a avaliação de riscos. Convém que o nível dos riscos seja comparado aos critérios de avaliação de riscos e aos critérios para a aceitação do risco.

### **Tratamento do risco**

Uma lista de riscos ordenados por prioridade (de acordo com os critérios de avaliação de riscos) e associados aos cenários de incidentes que os provocam. Convém que controles para modificar, reter, evitar ou compartilhar os riscos sejam selecionados e o plano de tratamento do risco seja definido. Há quatro opções disponíveis para o tratamento do risco: modificação do risco, retenção do risco, ação de evitar o risco e compartilhamento do risco.

### **Aceitação do risco**

Convém que os planos de tratamento do risco descrevam como os riscos avaliados serão tratados para que os critérios de aceitação do risco sejam atendidos. É importante que gestores responsáveis façam uma análise crítica e aprovem, se for o caso, os planos propostos de tratamento do risco e os riscos residuais resultantes, bem como que registrem as condições associadas a essa aprovação. Os critérios para a aceitação do risco podem ser mais complexos do que somente a determinação se o risco residual está, ou não, abaixo ou acima de um limite bem definido.

### **Comunicação e consulta do risco**

A comunicação do risco é uma atividade que objetiva alcançar um consenso sobre como os riscos devem ser gerenciados, fazendo-se uso, para tal, da troca e(ou) partilha das informações sobre o risco entre os tomadores de decisão e as outras partes interessadas. A informação inclui, entre outros possíveis fatores, a existência, a natureza, a forma, a probabilidade, a severidade, o tratamento e a aceitabilidade dos riscos. A comunicação eficaz entre as partes interessadas é importante, uma vez que isso pode ter um impacto significativo sobre as decisões que devem ser tomadas. A comunicação assegurará que os responsáveis pela implementação da gestão de riscos e aqueles com interesses reais de direito tenham um bom entendimento do que leva à tomada das decisões e dos motivos que tornam certas ações necessárias. A comunicação é bidirecional.

### **Monitoramento e análise crítica de riscos**

Convém que os riscos e seus fatores (isto é, valores dos ativos, impactos, ameaças, vulnerabilidades, probabilidade de ocorrência) sejam monitorados e analisados criticamente, a fim de se identificarem, o mais rapidamente possível, eventuais mudanças no contexto da organização e de se manter uma visão geral dos riscos. O monitoramento cotidiano e a análise crítica são necessários para assegurar que o contexto, o resultado do processo de avaliação de riscos e do tratamento do risco, assim como os planos de gestão, permaneçam relevantes e adequados às circunstâncias.

Como mostra a figura, no processo de gestão de riscos de segurança da informação, as atividades do processo de avaliação de riscos e(ou) de tratamento do risco podem ser realizadas mais de uma vez. Um enfoque iterativo na execução do processo de avaliação de riscos torna possível aprofundar e detalhar a avaliação em cada repetição, bem como permite minimizar o tempo e o esforço despendidos na identificação de controles e, ainda assim, assegura que riscos de alto impacto ou de alta probabilidade possam ser adequadamente avaliados. Primeiramente, o contexto é estabelecido, em seguida, executa-se um processo de avaliação de riscos. Se ele fornecer informações suficientes para que se determinem de forma eficaz as ações necessárias para reduzir os riscos a um nível aceitável, então a tarefa estará completa e o tratamento do risco poderá suceder-se. Por outro lado, se as informações forem insuficientes, será executada outra iteração do processo de avaliação de riscos, revisando-se o contexto (por exemplo: os critérios de avaliação de riscos, de aceitação do risco ou de impacto), possivelmente em partes limitadas do escopo. Em um SGSI, a definição do contexto, o processo de avaliação de riscos, o desenvolvimento do plano de tratamento do risco e a aceitação do risco fazem parte da fase Planejar. Na fase Executar, as ações e os controles necessários para reduzir os riscos a um nível aceitável são implementados de acordo com o plano de tratamento do risco. Na fase Verificar, os gestores determinam a necessidade de revisão da avaliação e de tratamento do risco à luz dos incidentes e das mudanças nas circunstâncias. Na fase Agir, as ações necessárias são executadas, inclusive a reaplicação do processo de gestão de riscos de segurança da informação.

## **QUESITOS AVALIADOS**

### **2.1**

0 – Não citou nenhuma atividade do processo de gestão de riscos da segurança da informação, nos termos da NBR ISO/IEC 27005.

1 – Citou corretamente apenas uma atividade.

2 – Citou corretamente apenas duas atividades.

3 – Citou corretamente apenas três atividades.

4 – Citou corretamente apenas quatro atividades.

5 – Citou corretamente apenas cinco atividades.

6 – Citou corretamente as seis atividades (definição do contexto; processo de avaliação de riscos; tratamento do risco; aceitação do risco; comunicação e consulta do risco; monitoramento e análise crítica de riscos).

### **2.2**

0 – Não explicou corretamente as inter-relações entre nenhuma das atividades do processo de gestão de riscos da segurança da informação.

1 – Mencionou atividades que se inter-relacionam, mas não explicou ou explicou incorretamente como esse inter-relacionamento acontece.

2 – Explicou corretamente o inter-relacionamento entre apenas duas atividades.

3 – Explicou corretamente o inter-relacionamento entre apenas três atividades.

4 – Explicou corretamente o inter-relacionamento entre apenas quatro atividades.

5 – Explicou corretamente o inter-relacionamento entre apenas cinco atividades.

6 – Explicou corretamente o inter-relacionamento entre as seis atividades.

### **2.3**

0 – Não discorreu corretamente sobre o processo de avaliação de riscos.

1 – Discorreu de forma insuficiente/inconsistente sobre o processo de avaliação de riscos.

3 – Discorreu corretamente sobre o processo de avaliação de riscos, porém não abordou explicitamente as atividades de identificação de riscos, análise de riscos e avaliação de riscos.

4 – Discorreu corretamente sobre o processo de avaliação de riscos, porém abordou explicitamente apenas uma das atividades nele desenvolvidas.

5 – Discorreu corretamente sobre o processo de avaliação de riscos, porém abordou explicitamente apenas duas das atividades nele desenvolvidas.

6 – Discorreu corretamente sobre o processo de avaliação de riscos, tendo abordado explicitamente as três atividades nele desenvolvidas (identificação de riscos, análise de riscos e avaliação de riscos).

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
CARGO 13: ANALISTA JUDICIÁRIO – GRUPO: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO  
ESPECIALIDADE: ANALISTA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

PROVA DISCURSIVA

APLICAÇÃO: 5/12/2021

**PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO**

**Controle para códigos maliciosos – diretrizes para implementação**

Convém que a proteção contra ~~e~~ códigos maliciosos *malware* seja baseada em *software* de detecção ~~de~~ códigos maliciosos ~~e~~ ~~repare~~ e resposta a *malware*, na conscientização da segurança da informação, no controle de acesso adequado e nos controles de gerenciamento de mudanças. ~~Convém que as seguintes diretrizes sejam consideradas.~~ **Recomenda-se que os seguintes controles sejam considerados:**

- estabelecer uma política formal ~~que proíba~~ proibindo o uso de *software* não autorizados;
- implementar controles para prevenir ou detectar o uso de *software* não autorizado (por exemplo, *whitelisting*, ou seja, uma lista de *software* permitidos a acessar o sistema);
- implementar controles para prevenir ou detectar o uso de *websites* maliciosos, suspeitos ou conhecidos (por exemplo *blacklisting*, ou seja, uma lista de *software* permitidos a acessar o sistema);
- estabelecer uma política formal para proteção contra os riscos associados à importação de arquivos e *software*, seja de redes externas, ~~seja~~ ou por qualquer outro meio, indicando-se as medidas preventivas a serem adotadas;
- reduzir vulnerabilidades que possam ser exploradas por *malware*, por exemplo, por meio do gerenciamento de vulnerabilidades técnicas;
- conduzir análises críticas regulares dos *software* e dados dos sistemas que suportam processos críticos de negócio. Convém que a presença de quaisquer arquivos não aprovados ou uma atualização não autorizada seja formalmente investigada;
- instalar e atualizar regularmente *software* de detecção e remoção de ~~e~~ códigos maliciosos *malware* para o exame de computadores e mídias magnéticas, de forma preventiva ou de forma rotineira; convém que as verificações realizadas incluam:
  - verificação **varredura**, antes do uso, da existência de ~~e~~ códigos maliciosos *malware* nos arquivos ~~em mídias óticas ou eletrônicas, bem como nos arquivos transmitidos através de redes~~ recebidos por meio de redes ou em qualquer mídia de armazenamento;
  - verificação, antes do uso, da existência de *software* malicioso em qualquer arquivo recebido ~~por~~ através de correio eletrônico ou importado (*download*). ~~Convém que~~ Essa avaliação pode ser feita em diversos locais, como, por exemplo, nos servidores de correio eletrônico, nos computadores pessoais ou quando da sua entrada na rede da organização;
  - verificação da existência de ~~e~~ códigos maliciosos *malware* em páginas da Web;
- definir procedimentos ~~de gerenciamento e respectivas~~ responsabilidades para tratar da proteção de ~~e~~ código malicioso *malware* nos sistemas, treinamento nesses procedimentos, reporte e recuperação de ataques de ~~e~~ códigos maliciosos *malware*;
- preparar planos de continuidade do negócio adequados para a recuperação em caso de ataques por ~~e~~ códigos maliciosos *malware*, incluindo-se todos os procedimentos necessários para a ~~e~~ cópia e recuperação e cópia dos dados e *softwares*;
- implementar procedimentos **para coletar** regularmente informações, ~~tais como~~ através, por exemplo, de assinaturas de listas de discussão e visitas a *sites* informativos sobre novos ~~e~~ códigos maliciosos *malware*;
- implementar procedimentos para a verificação de informação relacionada a ~~e~~ códigos maliciosos *malware* e garantia de que os boletins com alertas sejam precisos e informativos. Convém que os gestores garantam que fontes qualificadas, como, por exemplo, jornais com reputação idônea, *sites* confiáveis ou fornecedores de *software* de proteção contra ~~e~~ códigos maliciosos *malware*, sejam utilizadas para diferenciar boatos de notícias reais sobre ~~e~~ códigos maliciosos *malware*. Convém que todos os usuários estejam cientes dos problemas decorrentes de boatos e estejam capacitados a lidar com eles;
- isolar os ambientes onde impactos catastróficos possam ser gerados.

- A utilização de dois ou mais tipos de *software* de controle contra *malware* de diferentes fornecedores de tecnologias no ambiente de processamento da informação pode aumentar a eficácia na proteção contra *malware*;
- Convém que seja tomado cuidado para proteção contra a introdução de *malware* durante manutenções e procedimentos de emergência, os quais podem ultrapassar os controles comuns de proteção contra *malware*;
- Sob certas condições, a proteção contra *malware* pode causar perturbação nas operações;
- O uso isolado de *software* de reparação e detecção contra *malware* não é usualmente adequado e geralmente necessita ser acompanhado de procedimentos operacionais que previnam a introdução de *malware*.

### **Controle contra códigos móveis diretrizes para implementação**

— Convém que as seguintes ações sejam consideradas para proteger o sistema contra ações não autorizadas realizadas por códigos móveis:

- executar códigos móveis em ambientes isolados logicamente;
- bloquear qualquer tipo de uso de código móvel;
- bloquear o recebimento de códigos móveis;
- ativar medidas técnicas disponíveis nos sistemas específicos para garantir que o código móvel esteja sendo administrado;
- controlar os recursos disponíveis para acesso ao código móvel;
- estabelecer controles criptográficos de autenticação exclusiva do código móvel.

### **QUESITOS AVALIADOS**

#### **2.1 e 2.2**

0 – Não apresentou nenhuma diretriz do controle.

1 – Mencionou uma diretriz apenas, mas não a desenvolveu conforme solicitado.

2 – Mencionou duas diretrizes, mas não as desenvolveu conforme solicitado.

3 – Apresentou e explicou corretamente apenas uma diretriz aderente à norma ISO/IEC 27002:2013.

4 – Apresentou e explicou corretamente duas diretrizes aderentes à norma ISO/IEC 27002:2013.

O quesito 2.2 foi anulado e a pontuação correspondente atribuída integralmente no espelho de avaliação das provas discursivas corrigidas.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
CARGO 14: ANALISTA JUDICIÁRIO – GRUPO: TECNOLOGIA DA  
INFORMAÇÃO  
ESPECIALIDADE: ANALISTA DE SISTEMAS  
PROVA DISCURSIVA  
Aplicação: 5/12/2021

**PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO**

**1. Conceito de *tuning* em SQL e *tuning* em banco de dados**

O ajuste do SQL é a tentativa de diagnosticar e reparar instruções SQL que não atendam a um padrão de desempenho. O ajuste do SQL é o processo iterativo de melhorar o desempenho da instrução SQL para atender a objetivos específicos, mensuráveis e alcançáveis. Os objetivos do ajuste incluem reduzir o tempo de resposta do usuário, o que significa diminuir o tempo entre o momento em que um usuário emite uma instrução e recebe uma resposta e melhorar a taxa de transferência, ou seja, usar a menor quantidade de recursos necessária para processar todas as linhas acessadas por uma instrução.

O *tuning* em banco de dados visa configurar o banco de dados para obter o desempenho ideal, caso ele seja um grande gargalo no nível corporativo. São alguns dos itens que podem ser configurados: número de processos, tamanho do *pool* compartilhado, número máximo de cursores abertos para cada conexão, tamanho do bloco do banco de dados, entre outros.

**2. Técnicas que podem ser usadas em uma consulta (instrução SQL) para melhorar seu desempenho**

Uma consulta pode ser dividida e expressa como uma união de consultas, cada qual com uma condição em um atributo, caso ela contenha múltiplas condições de seleção que sejam conectadas pelo operador OR.

A condição NOT pode ser transformada em uma expressão positiva.

Blocos SELECT embutidos com IN, = ALL, = ANY e = SOME podem ser substituídos por junções; se uma junção de igualdade for configurada entre duas tabelas, o predicado de intervalo (condição de seleção), no atributo de junção configurado em uma tabela, pode ser repetido para a outra tabela.

Condições WHERE podem ser reescritas para utilizar os índices em múltiplas colunas.

Convém evitar DISTINCTS redundantes, pois um DISTINCT normalmente causa uma operação de ordenação.

Convém evitar o uso desnecessário de tabelas de resultado temporárias, reduzindo-se consultas múltiplas em uma única consulta.

Pode-se trocar a ordem das tabelas na cláusula FROM, pois isso pode afetar o processamento da junção em determinados otimizadores.

Pode-se fazer o SGBDR utilizar índices de atributo único ou atributos compostos existentes, já que isso evita varreduras completas dos blocos de dados.

Convém substituir UNION ALL por UNION.

Reescrever uma instrução SQL para ser mais eficiente (usar variáveis BIND).

Dividir uma instrução SQL complexa em várias instruções simples.

Utilizar *equijoins* e eliminar *joins* desnecessários.

Remover funções da cláusula WHERE.

Utilizar de *hints* (sugestões) quando necessário.

Utilizar técnicas heurísticas na otimização de consultas.

Manter no comando SELECT apenas as colunas necessárias.

Usar o plano de execução para identificar o caminho mais eficiente a ser percorrido pela instrução SQL.

**3. Benefício do uso do particionamento de tabelas e seu funcionamento para as operações de leitura**

Ao se particionar uma tabela, o índice parcial abrangerá apenas a massa de dados daquela partição, logo a busca na árvore binária será significativamente menor. Com um índice menor, a possibilidade de que ele caiba na memória será muito maior, o que agiliza a pesquisa, pois é na memória que os processos acontecem; se o índice for muito grande, será necessário fazer *swap*, o que não é bom para o banco. Se os particionamentos estiverem distribuídos em discos distintos, uma consulta na partição atual não influenciará uma consulta a períodos anteriores, o que é bastante vantajoso. Em tabelas particionadas horizontalmente, a diminuição do tamanho do registro, número de colunas, possibilitará a alocação de mais conteúdo a cada leitura, diminuindo o consumo de memória e os acessos a disco.

Com o particionamento é possível fazer o uso de paralelismo na execução das consultas. Para agiliza mais a recuperação dos dados, a técnica de particionamento permite o uso de *hash*.

## QUESITOS AVALIADOS

- 2.1**
- 0 – Não apresentou o conceito de *tuning* em SQL nem o conceito de *tuning* em banco de dados.
  - 1 – Apresentou um conceito parcialmente correto apenas de *tuning* em SQL ou apenas de *tuning* em banco de dados.
  - 2 – Apresentou um conceito correto apenas de *tuning* em SQL ou apenas de *tuning* em banco de dados.
  - 3 – Apresentou o conceito correto de *tuning* em SQL e de *tuning* em banco de dados.
- 2.2**
- 0 – Não descreveu nenhuma técnica correta para melhorar o desempenho de uma consulta.
  - 1 – Descreveu apenas uma técnica correta para melhorar o desempenho de uma consulta.
  - 2 – Descreveu apenas duas técnicas corretas para melhorar o desempenho de uma consulta.
  - 3 – Descreveu três técnicas corretas para melhorar o desempenho de uma consulta.
- 2.3**
- 0 – Não abordou o benefício do particionamento de tabelas nem seu funcionamento para as operações de leitura.
  - 1 – Indicou o benefício do uso do particionamento de tabelas, mas não abordou corretamente seu funcionamento para as operações de leitura; ou abordou corretamente o funcionamento do particionamento de tabelas para as operações de leitura, mas não indicou corretamente seu benefício.
  - 2 – Apresentou o benefício do uso do particionamento de tabelas, mas abordou, de forma incompleta ou parcialmente correta, seu funcionamento para as operações de leitura.
  - 3 – Apresentou o benefício do uso do particionamento de tabelas e abordou corretamente seu funcionamento para as operações de leitura.